

OBJETIVIDADE DO JUÍZO ESTÉTICO

António MARQUES¹

Na terceira Crítica um problema que à partida será de difícil solução é o da **objectividade do juízo estético**. De facto o atributo da objectividade é próprio dos juízos de conhecimento, pois que nestes algo deverá ser dado aos sentidos e representado, mediante o uso das categorias do entendimento. Neste caso o que se torna necessário demonstrar é que esses conceitos mais gerais do entendimento, ou categorias, têm uma validade *a priori* na aplicação aos objectos da intuição. Um dos capítulos centrais da *Crítica da Razão Pura* (1781), “Acerca da Dedução dos conceitos Puros do Entendimento”, é precisamente dedicado à demonstração que esses conceitos existem e que é o seu emprego no mundo empírico que produz conhecimento objectivo. Essa demonstração, ou dedução transcendental das categorias, como Kant a designa, da validade *a priori* dos princípios da razão teórica, na primeira Crítica, permite o conhecimento objectivo da natureza. Exemplos recorrentes na *CRP* são os juízos de causalidade: qualquer objecto ou fenómeno é necessária e *objectivamente* precedido por outro B, segundo a regra da causalidade (conceito do entendimento).

No contexto da *Crítica da Faculdade do Juízo (CFJ)*, o problema da objectividade dos juízos estéticos coloca-se de forma muito diferente. Poderia pensar-se que a sua objectividade poderia resolver-se instituindo certas qualidades do próprio objecto que é julgado belo, sublime, etc. Por exemplo, para algumas teorias da *perfeição* seria possível julgar esteticamente, na base precisamente de uma suposta perfeição formal observável no objecto. Tal é rejeitado expressamente na *CFJ* (§ 15): a experiência estética é totalmente independente do conceito de perfeição do objecto estético. Seria interessante estender esta reflexão para além da época de Kant, até aos nossos dias. Verificaríamos que a criação estética e o próprio conceito adquiriram uma amplitude e diversidade que corroboram plenamente a ideia kantiana de não reduzir a experiência estética a qualidades intrínsecas dos objectos (naturais ou artificiais). Porém, mesmo que não seja possível demonstrar a existência de um princípio supremo para *conhecer objectivamente* os valores estéticos ou éticos, é possível um outro tipo de justificação da legitimidade de juízos estéticos, a que Kant se refere mais sistematicamente nos §§ 30-38 (incluindo a Ob-

servação). Na verdade, trata-se agora de demonstrar que qualquer juízo estético, seja ele sobre o belo natural ou artístico, seja sobre a sua sublimidade, “exige universalidade subjectiva, isto é assentimento de qualquer um” (*KU, AA 05: 280*, trad. portuguesa, p. 181). Esta é uma característica decisiva e singular do juízo estético, ou seja, essa exigência que cada um faz a todos para julgar da mesma maneira um objecto ou uma forma que consideramos verdadeiramente estética. Podemos discernir com precisão essa validade, se pensarmos numa situação comum em que reivindicamos a qualidade estética, por exemplo, de uma sonata de Bach: *exigimos* aos nossos interlocutores ou companheiros de fruição da peça que a avaliem do mesmo modo e reconheçam sem reservas o seu valor estético absoluto. É um facto que não admito que alguém se exprima nos seguintes termos: “*na minha opinião* essa peça musical é bela”.

Notemos que não faço tal exigência invocando uma qualidade objectiva qualquer do objecto. No exemplo citado, eventualmente uma estrutura formal, segundo a qual se poderia considerar algo “perfeito”. Não, aquilo que reivindico a todos os outros é que acolham *subjectivamente* a minha própria experiência estética e que passemos a falar da beleza daquela sonata “como se fosse uma propriedade das coisas” (§ 7) (*KU, AA 05: 212*, trad. portuguesa, pp. 100-101). É pois de uma outra forma de objectividade de que Kant agora nos fala: aquela que se obtém por consenso entre subjectividades. É deveras interessante que Kant afirme a propósito desta singular dedução dos juízos estéticos que “ela é tão fácil porque ela não tem necessidade de justificar nenhuma realidade objectiva de um conceito” (§ 38, Observação) (*KU, AA 05: 290*). Longe por isso da tarefa a que Kant, na primeira Crítica, chamou “dedução transcendental das categorias do entendimento” e que, nas suas palavras, consiste “numa explicação do modo pelo qual conceitos podem *a priori* relacionar-se com objectos (*CRP, A 85/ B 117*). A justificação necessária para validar um conhecimento objectivo, tal como é levada a cabo na *CRP* não envolve uma anuência da parte dos outros relativamente à validade do meu conhecimento. Esta é afirmada por si própria e enquanto conhecimento *a priori*. Por outras palavras, o que aí está em jogo não é qualquer consenso ou harmonia de subjectividades como no caso do juízo estético.

Chegados aqui, e voltando ao problema central da *CFJ* que identificámos como o da relação entre a ética e a estética, é notável que no juízo estético estejamos perante uma forma de objectividade obtida pelo necessário acordo de subjectividades. Encontramos aqui um tipo de objectividade reivindicado nalgumas filosofias morais contemporâneas, as quais compreendem a relação ética entre indivíduos, baseada num acordo e/ou comunicação tendencialmente universal. Essa estrutura contratualista encontramos-la claramente na explicação da natureza da experiência estética, por exemplo, quando nos termos de Kant “cada um também espera e exige de qualquer outro a consideração pela comunicação universal. Como que a partir de um contrato originário que é ditado pela própria humanidade” (§ 41) (*KU, AA 05: 297*, trad. portuguesa, p. 200).

No entanto haverá que acrescentar algo fundamental. É que, para além das características da objectividade por consenso que caracterizam o juízo estético, o acordo entre pontos de vista individuais requer ainda na perspectiva de Kant um pressuposto transcendental que, por assim dizer, sustente o próprio consenso. Estamos a referir-nos ao conceito de supra-sensível,

o qual não apenas densifica, mas confere valor transcendental ao acordo entre subjectividades. De tal forma que se pode dizer que a justificação última para a objectividade da avaliação estética é o pressuposto de um “abstracto supra-sensível”, conceito que não é ele próprio objecto de conhecimento, nem é demonstrável. Sem irmos mais longe na investigação deste princípio, limitemo-nos, no contexto da *CFJ*, a observar que na dedução ou justificação da objectividade por consenso, própria do juízo estético, o supra-sensível é o elemento transcendental que suporta essa objectividade e confere um valor absoluto àquele juízo. A objectividade por consenso é ainda demasiado fraca para um ponto de vista transcendental como aquele que deve corresponder às exigências da filosofia kantiana. A este respeito a seguinte passagem do § 57, em que o pressuposto do supra-sensível aparece como justificação da própria universalidade, revela-se definitivamente esclarecedora: “Pois se não se tomasse isso <o elemento supra-sensível> em consideração, a pretensão do juízo de gosto à validade universal não se salvaria; se o conceito sobre o qual ele se funda fosse apenas um simples conceito intelectual confuso como o de perfeição...” (*KU, AA 05:340*, trad. portuguesa, p. 247). O problema da objectividade do juízo estético encontra a sua solução, para além dos consensos gerados na comunidade, na ideia mesmo que indeterminada do supra-sensível em nós.

BIBLIOGRAFIA:

Sobre a dedução transcendental do juízo estético e o seu fundamento supra-sensível, ver o ensaio de Stuart Hampshire, “The Social Spirit of Mankind” in *Kant’s Transcendental Deductions*, ed. Eckart Förster (Stanford: Stanford University Press, 1989), assim como, no mesmo volume, o comentário de Reinhard Brandt, “The Deductions in the *Critique of Judgment*: Comments on Hampshire and Horstmann”. Ver igualmente sobre este tema os ensaios de Dieter Henrich incluídos em *Aesthetic Judgement and the Moral Image of the World*, 1994, na mesma casa editora. Análises mais ou menos técnicas da dedução do juízo estético na terceira Crítica são as de Paul Guyer, *Kant and the Claims of Taste* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979, ed. Revista, Cambridge University Press, 1993) e de Henry E. Allison, *Kant’s Theory of Taste: A Reading of the Critique of Aesthetic Judgment*, Cambridge: Cambridge University Press, 2001). Análises mais ou menos técnicas da dedução do juízo estético na terceira Crítica são as de Paul Guyer, *Kant and the Claims of Taste* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979, ed. Revista, Cambridge University Press, 1993) e de Henry E. Allison, *Kant’s Theory of Taste: A Reading of the Critique of Aesthetic Judgment*, Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

RESUMO: Neste verbete é discutido o problema da “objectividade do juízo estético”, tal como Kant a entende no quadro da Terceira Crítica. Uma das soluções mais fortes ao nosso dispor para esclarecer essa questão seria a defesa de um princípio realista, a perfeição, que sustentasse a objectividade pretendida para esse tipo de juízo. Nesse caso a objectividade seria justificada por um conjunto de qualidades pertencendo ao próprio objecto. Porém, o facto é que o juízo de gosto é completamente independente de qualquer conceito de perfeição (§ 15). Uma crítica do juízo estético mostra que a sua universalidade e necessidade são qualidades que não podem ser separadas de um princípio universal de comunicação entre subjectividades. Sendo assim, a objectividade de um tal juízo não é a que é própria de um juízo de conhecimento, o qual é baseado no conceito de objecto, mas sim o tipo de objectividade que é associado a uma comunicação universal. No entanto, deverá ainda acrescentar-se um elemento central para que essa universalidade e necessidade tenha um fundamento seguro (não apenas o de um consenso): a ideia de um fundamento supra-sensível da natureza, o qual é uma pressuposição transcendental imprescindível.

PALABRAS CHAVE: *objectividade, subjectividade, universalidade, juízo estético, comunicação estética.*

ABSTRACT: In this entry it is discussed the problem of the “objectivity of aesthetic judgment” as Kant understands it in the framework of the third Critique. One of the most strong available solution of the problem would be a kind of realistic notion under the principle of “perfection” of the aesthetic object. Then the objectivity would be justified by a set of qualities belonging to the object itself. But the fact is that the judgment of taste is completely independent of any concept of perfection (§ 15). A critique of the aesthetic judgment shows that its universality and necessity are qualities that cannot be separated from a general principle of communication between subjectivities. So the objectivity of such a judgment is not that of a judgment of knowledge, which is based on the concept of the object, but the kind objectivity that is associated of a universal communication between subjectivities. Yet it must be stressed a most central element: it is a transcendental presupposition that legitimates all the universality and necessity of the aesthetic judgment, beyond the universal *consensus*: the idea of a *übersinnliche* ground of nature, which is the presupposition of the exercise of aesthetic judgment in general.

KEYWORDS: *objectivity, subjectivity, universality, aesthetic judgment, aesthetic communication.*

NOTAS / NOTES

¹ António Marques é professor de Filosofia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde até 2019 dirigiu, durante cerca de 20 anos, o Instituto de Filosofia da Nova (IFILNOVA). Foi bolseiro da *Alexander von Humboldt-Stiftung* (Universität Münster) e professor visitante na *Boston University*. É autor de livros sobre Kant, Nietzsche e Wittgenstein, assim como de diversas publicações em editoras nacionais e estrangeiras.

António Marques is Full Professor at the Department of Philosophy of Faculty of Social Sciences and Humanities, New University of Lisbon (NOVA), where he was director of the Institute of Philosophy (IFILNOVA) during the last twenty years. He awarded an *Alexander v. Humboldt-Stiftung* fellowship (Universität Münster) and was invited researcher at the Boston University. He wrote books on Kant, Nietzsche and Wittgenstein, as well as numerous publications, mainly on topics related to those philosophers.

Recebido / Received: 7.1.2019.

Aprovado / Approved: 14.1.2019.